

**X CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE  
NOTÁRIO  
25/01/2025**

**Direito Privado e Direito Registral**

**A) Direito Privado**

**I**

(seis valores)

*António, Maria e Fernando*, irmãos, adquiriram, através de escritura pública, em dezembro de 2024, uma herdade sita no Alentejo.

Hoje, tentando evitar futuros conflitos, pretendem celebrar um negócio jurídico através do qual se vinculem, com eficácia *erga omnes*, a:

- a) Não alienar as quotas que detêm até 2035.
- b) Não exercer o direito de preferência após 2035, qualquer que seja o negócio em causa e independentemente de quem dele venha a ser parte.
- c) Atribuir a *António*, exclusivamente, a administração da herdade, para que este possa, isoladamente, dá-la de arrendamento e alienar a cortiça que os sobreiros, nela existentes, venham a produzir.

Pronuncie-se sobre a valia, eficácia e consequências do negócio pretendido, analisando cada uma das pretensões dos irmãos.

**II**

(oito valores)

*António* faleceu a 28-12-2024.

Sobreviveram-lhe: as filhas *Beatriz* e *Constança*, o irmão *Daniel* e o sobrinho *Ernesto*.

- Os bens de *António* valem 460.000,00 €.
- As dívidas de *António* ascendem a 60.000,00 €.



— Em 2020, *António* doou 200.000,00 € a *Beatriz*.

*António* deixou testamento cerrado, no qual introduziu as seguintes cláusulas:

- a) *“Instituo o meu sobrinho Ernesto como herdeiro de 3/4 da minha quota disponível, mas se ele vier a ser chamado como herdeiro universal à herança do meu irmão Daniel e aceitar, esta disposição testamentária deve perder os seus efeitos”*;
- b) *“Deixo a Hélder o meu carro desportivo, mas caso ele se case com a atual namorada, esta disposição testamentária deve perder os seus efeitos”*.

Sabendo que o carro desportivo de *António* valia 50.000,00 € à hora da sua morte (os quais integram os 460.000,00€ de bens deixados por *António*), faça a partilha da herança, referindo-se aos sucessíveis chamados e aos institutos pertinentes, apreciando, ainda, a valia das disposições testamentárias.

## **B) Direito Registral**

O prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial do Porto sob o n.º 7000/19740907, da freguesia de Lordelo do Ouro, concelho do Porto, tem, em vigor, inscrição de aquisição em que são sujeitos ativos A e B, casados sob o regime de bens *séparation de biens*, disciplinado pelo ordenamento jurídico francês, na língua portuguesa *separação de bens*, e residentes na Rue Saint-Dominique, Paris, França, (Ap. 500 de 2021/10/02). Em 17 de janeiro de 2025, foi pedido registo de aquisição de ½ a favor de A, viúvo, por sucessão de B. Para o efeito, juntou-se Certificado Sucessório Europeu, traduzido para a língua portuguesa, do qual consta que A é o único herdeiro de B, designado por testamento.

Sabendo que, em face do artigo 1536.º do Código Civil francês, *“quando os cônjuges tiverem estipulado no contrato de casamento que ficarão separados dos bens, cada um deles detém a administração, o gozo e a livre disposição dos seus bens pessoais”*;

Fundamentando sempre com as disposições legais pertinentes, responda:



## **I**

(dois valores)

### **1.**

- a) O Certificado Sucessório Europeu é um documento válido para a inscrição de bens da sucessão?
- b) Pode o registo de aquisição de ½ a favor de A ter ingresso definitivo no registo?

## **II**

(dois valores)

2. Considere agora que em 20 de janeiro de 2025, sobre o mesmo prédio n.º 7000/19740907, da freguesia de Lordelo do Ouro, foi solicitado um registo de penhora, tendo C por executado, sobrinho de A e B; e que o registo veio a ser qualificado como provisório por natureza, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 92.º do Código do Registo Predial.

- a) Por que razão o registo de penhora obteve essa qualificação?
- b) Quando caduca e como se poderá converter a inscrição de penhora?

## **III**

(dois valores)

3. Considere finalmente que o registo de penhora veio a ser convertido e que, enquanto Notário(a), lhe foi solicitado para escriturar hoje a venda em processo de execução, sendo comprador D. Consultada a certidão permanente do registo predial, verificou que em 24 de janeiro de 2025 foi registada uma ação de execução específica [provisória por natureza, alínea a) do n.º 1 do artigo 92.º do Código do Registo Predial], mas celebrou a escritura.

- a) O registo a favor de D será definitivo?
- b) O registo de ação é um registo que caduca nos termos do n.º 2 do artigo 824.º do Código Civil?



# **X CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO DE NOTÁRIO**

## **«Grelha» de Correção da Prova de Direito Privado e Registral**

### **A) Direito Privado**

#### **I**

*António, Maria e Fernando*, por que acordaram comprar um imóvel em conjunto e outorgaram a escritura de compra e venda, deram origem a uma situação de compropriedade voluntária.

Agora, através de novo negócio jurídico, pretendem fixar um “Regulamento da Compropriedade” com eficácia real.

Não obstante, nem todas as pretensões dos consortes estão em conformidade com a lei, não podendo, por isso, ter a eficácia pretendida.

A saber:

a) A cada um dos comproprietários cabe, em exclusividade, um direito sobre uma quota, pois como se prevê, explicitamente, na primeira parte do n.º 1 do art. 1408.º do Código Civil: “o comproprietário pode dispor de toda a sua quota na comunhão ou de parte dela”. Assim sendo, quanto à quota (ou a parte dela), a regra é a de que cada consorte faz com ela o que bem entender, podendo transmiti-la (vender, doar, permutar...) ou onerar (p. ex., pela constituição de uma hipoteca).

Esta posição de exclusividade sobre a quota é irrenunciável e, consequentemente, de acordo com o princípio da taxatividade, o pacto de não alienação da quota não pode produzir efeitos *erga omnes*, gozando apenas de eficácia obrigacional (art. 1306.º do Código Civil).

b) Apenas se constitui o direito de preferir quando o comproprietário pretender vender ou dar em cumprimento a estranhos.

Acresce que, antes do nascimento do direito subjetivo de preferir (isto é, quando ainda não se tenham verificado, numa situação concreta, os pressupostos que o fazem surgir), vale a regra da irrenunciabilidade, de modo que, de acordo com o princípio da taxatividade, nem no título constitutivo da compropriedade, nem em momento posterior, podem os consortes dele abdicar com eficácia real.



Não obstante, nada impede que, com eficácia meramente obrigacional, os comproprietários se vinculem ao não exercício, mesmo que ainda não tenha surgido o direito (art. 1306.º do Código Civil).

c) O regime jurídico relativo à administração da coisa comum — v.g., aos atos tendentes a evitar a perda ou a deterioração da coisa, atos que visem a frutificação normal e a alienação de frutos naturais — encontra-se previsto nos arts. 985.º e 1407.º, do Código Civil.

Permite a lei, portanto, que os comproprietários, por convenção, estabeleçam regras diversas quanto à administração ordinária e, assim, conformem o conteúdo do seu direito, o qual será oponível a qualquer um dos consortes que posteriormente entre na comunhão, desde que o Registo o publicite.

Isto, claro está, quanto aos atos que não devam, por força da lei, ser regulados por regras especiais.

Ora, a cortiça é um fruto natural do sobreiro (n.º 2 do art. 212.º do Código Civil) e a venda da cortiça é um ato de administração ordinária, como em geral a venda de frutos naturais. Logo, o regulamento pretendido pelos consortes, quanto a este ponto, é válido e, se registado — enquanto conteúdo da compropriedade e parte integrante do seu estatuto real —, por averbamento à inscrição respetiva, eficaz *erga omnes*.

Ao invés, aos consortes não é permitido convencionar sobre a possibilidade de *António*, na qualidade de administrador, dar de arrendamento a herdade. Porquanto, segundo o n.º 2 do art. 1024.º, o arrendamento só será válido quando todos os consortes prestem por escrito o seu assentimento, seja antes, seja depois da celebração do negócio. Isto sem que se proceda a qualquer distinção em função da duração do contrato de arrendamento. O que quer dizer que, mesmo que o arrendamento seja celebrado por um prazo inferior a seis anos e, por isso, seja um ato de administração ordinária, de acordo com n.º 1 do art. 1024.º, será sempre necessária uma deliberação unânime dos consortes (diferentemente do que se dispõe nos arts. 1407.º e 985.º).

De facto, o n.º 2 do art. 1024.º do Código Civil impõe um regime especial face ao disposto nos artigos 985.º e 1407.º do Código Civil e, por isso, afasta a possibilidade de modelação convencional do estatuto real.



## II

Os sucessíveis de *António* são:

- As filhas *Beatriz* e *Constança*, como herdeiras legitimárias (cfr. art. 2157.º do Código Civil) e como herdeiras legítimas da primeira classe (art. 2131.º, 2133.º e 2134.º, todos do Código Civil).
- O *Ernesto*, como herdeiro testamentário de 3/4 da quota disponível, sob condição resolutiva mista (art. 2229.º do Código Civil).
- O *Hélder*, como legatário testamentário do carro desportivo, pois a condição resolutiva aposta é contrária à lei (art. 2233.º, n.º 1 do Código Civil), sendo havida como não escrita, mantendo-se a disposição apesar de o testador declarar o contrário (art. 2230.º, n.º 2 do Código Civil).

**Como existem herdeiros legitimários torna-se necessário calcular a massa da herança, a quota indisponível, a quota disponível e a legítima subjetiva.**

Segundo o art. 2162.º do Código Civil, interpretado corretivamente, a massa da herança é determinada da seguinte forma:

Massa da herança = Bens deixados - Dívidas + Doações.

Massa da herança = 460.000,00 € - 60.000,00 € + 200.000,00 €.

Massa da herança = 600.000,00 €.

Segundo o art. 2159.º do Código Civil a quota indisponível é, neste caso, de 2/3 da massa da herança, o que corresponde a 400.000,00 €.

A quota disponível corresponde à diferença entre a massa da herança e a quota indisponível. Assim, a quota disponível é de 200.000,00 €.

O montante da legítima subjetiva, segundo o art. 2157.º e o n.º 2 do art. 2139.º do Código Civil, é de 200.000,00 €.

**Como em vida o *de cuius* fez doações, há que determinar se as mesmas estão ou não sujeitas à colação e efetuar as respetivas imputações.**

A doação feita a *Beatriz*, nada tendo sido dito, está sujeita ao regime supletivo da colação, nos termos do art. 2104.º do Código Civil.



Com os bens deixados (460.000,00€) começar-se-ia por pagar as dívidas no valor de 60.000,00€.

Os restantes 400.000,00€ seriam entregues, na porção pré-determinada e depois de feita a imputação da doação de 200.000,00€ na quota indisponível, primeiro à herdeira legitimária cuja legítima subjetiva estava por preencher – a *Constança*. Depois, constatando-se não haver necessidade de proceder a qualquer igualação, seria aberta a sucessão testamentária, cumprir-se-ia o legado e depois a deixa testamentária.

**Portanto:**

*Beatriz* manteria a doação de 200.000,00€, que deveria ser imputada na quota indisponível, sendo, assim, preenchida a sua legítima subjetiva.

*Constança* receberia 200.000,00€ dos bens deixados, como herdeira legitimária.

*Hélder*, como legatário testamentário, receberia o carro no valor de 50.000,00 €.

*Ernesto*, como herdeiro testamentário, receberia 150.000,00€, correspondentes a 3/4 da quota disponível.

Mas, se e quando ocorresse a condição - *Ernesto ser chamado como herdeiro universal à herança de Daniel e aceitar* – a deixa testamentária resolver-se-ia com eficácia retroativa (art. 276.º do Código Civil), sendo oponível a terceiros, desde que registada (cfr. art. 94.º, al. b) do Cód.Reg.Pred.). Consequentemente, abrir-se-ia a sucessão legítima e cada uma das herdeiras legítimas (*Beatriz* e *Constança*) receberia mais 75.000,00€.

## **B) Direito Registral**

### **1.**

a) De acordo com o n.º 5 do artigo 69.º do Regulamento Europeu das Sucessões, o Certificado Sucessório Europeu constitui um documento válido para a inscrição de bens da sucessão no registo competente de um Estado-Membro, sem prejuízo do disposto no artigo 1.º, n.º 2, alíneas k) e l). Assim, o Certificado servirá como título formal e substantivo para registo (artigo 43.º do Cód.Reg.Predial), mas será o ordenamento jurídico de cada Estado-Membro que definirá a inscrição, os requisitos legais e os efeitos da inscrição registral (cfr. pareceres emitidos nos processos C.P. 69/2013 STJ-CC e R.P. 46/2022 STJSR-CC).



b) Se o prédio se encontra registado a favor de A e B, casados sob o regime de *séparation de biens*, disciplinado pelo ordenamento jurídico francês, e se, perante o artigo 1536.º do Código Civil francês, *cada um deles detém o gozo e a livre disposição dos seus bens pessoais*, a presunção que deriva do registo (artigo 7.º do Cód.Reg.Predial) é a de que o prédio se encontra registado em compropriedade, na proporção de ½ para cada um. Apresentado documento formal e substancialmente válido para a aquisição de ½ a favor de A, por sucessão de B, o registo pode ter ingresso definitivo (primeira parte do n.º 4 do artigo 34.º do Cód.Reg.Predial).

## 2.

a) O registo de penhora obteve essa qualificação porque o prédio se encontra registado a favor de A e o executado é C, existindo assim registo de aquisição do prédio a favor de pessoa diversa do executado [alínea a) do n.º 2 do artigo 92.º do Cód.Reg.Predial].

b) De acordo com o n.º 5 do artigo 92.º do Cód.Reg.Predial (disposição em contrário ao prazo geral de caducidade previsto no n.º 3 do artigo 11.º do mesmo código), as inscrições referidas na alínea a) do n.º 2 do artigo 92.º mantêm-se em vigor pelo prazo de um ano, salvo o disposto no n.º 5 do artigo 119.º, e caducam se a ação declarativa não for proposta e registada dentro de 30 dias a contar da notificação da declaração prevista no n.º 4 do mesmo artigo. Assim, o prazo de caducidade geral é de um ano; todavia, cumprindo-se o disposto no artigo 119.º do Cód.Reg.Predial e declarando o titular inscrito que o bem lhe pertence, se houver registo da ação declarativa na vigência do registo provisório é anotado neste e prorroga o respetivo prazo de caducidade até que seja cancelado o registo da ação; no entanto, o registo de penhora caducará se a ação não for proposta e registada dentro de 30 dias a contar da notificação da declaração prevista no n.º 4 do artigo 119.º.

A inscrição de penhora efetuada como provisória por natureza nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 92.º poderá ser convertida se, perante o cumprimento do artigo 119.º do Cód.Reg.Predial, o citado vier declarar que o bem lhe não pertence ou não fizer nenhuma declaração, comunicando-se tal facto ao serviço de registo (n.º 3 do artigo 119.º); ou através da feitura do registo intermédio em falta a favor do executado (primeira parte do n.º 4 do artigo 34.º do Cód.Reg.Predial).

## 3.

a) O registo de aquisição resultante da venda em execução efetuar-se-á definitivamente, pois a aquisição é consequência de um facto anteriormente inscrito, a



penhora anteriormente efetuada (parte final do n.º 4 do artigo 34.º do Cód.Reg.Predial), não pertencendo “*ao serviço de registo apurar ou definir o «melhor direito», de entre aqueles que procuram aceder ao registo, mas tão somente lidar com os princípios e normas reguladoras do registo predial.*” Cfr. parecer emitido no processo C.P. 40/2016 STJSR-CC (9/CC/2017).

b) A inscrição de ação de execução específica não é um registo que caduque nos termos do n.º 2 do artigo 824.º do Código Civil, porquanto não estamos perante um direito real, visto que o que se publicita é ainda o pedido e não já, definitivamente, o direito real que emerge da sua procedência. Consequentemente, não é um registo ao qual deva ser oficiosamente averbado o cancelamento, por força do n.º 5 do artigo 101.º do Cód.Reg.Predial.